



O materialismo histórico e a sociabilidade humana:

A linguagem e o pensamento como mediação

LUIZ FERNANDO DA SILVA¹ e SUELI TEREZINHA FERREIRA MARTINS²

O materialismo histórico compreende que existe unidade entre linguagem e pensamento. Esses fenômenos constituem-se nas relações sociais, visto que a linguagem nasce, como a consciência, da necessidade de intercâmbio entre os homens. Portanto, a linguagem, da mesma maneira que a consciência, é fenômeno social, com base nas relações e nas atividades reais produzidas pelos indivíduos: “serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento”³.

O pensamento (abstrato e geral) somente é possível porque ele se desenvolve por meio de *formas materiais lingüísticas* (signos). A realidade retratada e refratada no pensamento não resulta do reflexo direto dos objetos e das relações sociais, pois necessita da mediação do material lingüístico com os seus conteúdos - os *significados sociais* apropriados pelos indivíduos. Nesse sentido, sem a palavra, os elementos do pensamento extra-sensível, privados da imagem e de forma, não teriam a possibilidade de se fixar na consciência. A palavra lhe dá objetividade, certa realidade, porque é a condição essencial do pensamento em relação à realidade social.

A consciência individual não se reduz ao desenvolvimento do pensamento. Ela se caracteriza “pela presença de uma relação interna específica, a relação entre sentido subjetivo e significação [...] forma pela qual um homem assimila

1 Docente em sociologia do Depto. de Ciências Humanas. FAAC - Unesp- Bauru, Brasil. Militante do PSTU.

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências, UNESP - Bauru, e do Departamento de Neurologia e Psiquiatria, UNESP-Botucatu, Brasil.

3 MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 4ª ed. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1980, p. 26.

a experiência humana generalizada e refletida”⁴. Deste modo, a consciência individual é reflexo superior da realidade social. Essa realidade é refratada por meio das significações e dos conceitos lingüísticos e só pode existir com a existência da *consciência social*. Além do sentido e da significação, ela também se caracteriza pelo conteúdo sensível que lhe dá a base material, ou seja, um conjunto de sensações, imagens de percepção, representações.

Em sua gênese, o pensamento e a linguagem configuram-se na relação entre o homem e a natureza, inicialmente determinada pela necessidade imperiosa da produção e reprodução da existência humana, somente possível por meio do trabalho social (produtivo). A passagem do hominídeo ao trabalho desenvolve a necessidade de relações orientadas para organizar a atividade coletiva. O trabalho provoca o aparecimento da linguagem como meio de realização do pensamento, ao mesmo tempo em que é mediador das relações sociais por meio da comunicação. Por sua vez, na comunicação, a descrição do objeto ou fenômeno social é possível somente por meio da assimilação do conteúdo abstrato transmitido pelas palavras. Desta maneira, um conteúdo sensível pode ser enunciado com a ajuda da linguagem por intermédio do conteúdo abstrato do pensamento.

A partir dessa relação de trabalho, linguagem e pensamento, um sistema de relações simbólicas inteiramente distinto em relação a outras espécies animais desenvolveu-se organicamente: por um lado, mediado pelas *ferramentas* e, por outro, por meio dos *signos*. Como nos observa Vygotski, ferramentas e signos são mediadores centrais nas atividades e relações sociais. A ferramenta está dirigida para a atividade humana exterior sobre os objetos e a natureza. O signo, por sua vez, é o meio que vale ao homem para influir em sua própria conduta, quanto na dos demais; é um meio norteador de sua atividade interior, dirigida a dominar o próprio ser humano.

A linguagem não é simplesmente um meio pelo qual comunicamos nossas idéias e experiências. Ela é fundamental no próprio processo de articulação do pensamento. Envolve categorizar e nomear objetos e sensações do mundo exterior e interior, e fazer associações entre símbolos mentais. De fato, é impossível concebermos o pensamento na ausência da linguagem. A fonte da criatividade humana encontra-se na capacidade de constituir e articular os signos; e isso somente é possível com a linguagem. No entanto, importa considerar que os signos são sociais, ou seja, eles não têm como ponto de constituição inicial o indivíduo, mas sim a estrutura e as relações sociais. Diz Bakhtin:

Os signos só podem aparecer em um terreno interindividual. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados e que formem um grupo (unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se.⁵

O caráter social do signo, em sociedades estratificadas socialmente, implica que seu desenvolvimento ocorre permeado por contradições, conflitos

4 LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. In: *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978, p. 259-284.

5 BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 35.

e antagonismos decorrentes de interesses de classes sociais distintas. As relações, processos e fenômenos sociais imbricados em estruturas de classe, portanto, possibilitam-nos considerar que a questão ideológica permeia a relação da linguagem e pensamento. Por essa razão, assim como Bakhtin, consideramos o caráter ideológico do signo. As relações de poder e dominação presentes no processo de comunicação, como também no processo social de constituição do indivíduo (socialização e aprendizado) *como integrante na produção e reprodução da Ordem Social*.

A base material e histórica para a constituição da linguagem e do pensamento

A relação entre pensamento e linguagem, como também sua constituição (gênese) e desenvolvimento, ocorre no processo social, tendo como mediação o trabalho, em relação à transformação da natureza, esta por sua vez se constitui como natureza humanizada. Para Marx, os homens distinguem-se das outras espécies animais por tudo que se queira - pela consciência e pela religião, por exemplo - mas eles próprios começam a se distinguir dos outros animais logo que passam a produzir seus próprios meios de existência (ferramentas), impulsionados por sua necessidade vital de reprodução social. Ao produzirem seus meios de existência, os homens também produzem suas próprias relações sociais, e estabelecem um novo patamar de interação/apropriação do meio ecológico circundante.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, por processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender a sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua força ainda instintiva de trabalho.⁶

A relação entre o homem e a natureza põe “em movimento as forças naturais de seu corpo”, a fim de apropriar-se dos recursos naturais imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Essa situação possibilita a produção dos meios de existência e o desenvolvimento das *forças produtivas* (trabalho humano e meios de produção) e das *relações sociais de produção* (formas de organização coletiva do trabalho e regime de propriedade e de distribuição). O homem atuando sobre a “natureza externa” e “modificando-a”, ao mesmo tempo modifica a própria natureza humana. Ou seja, constitui e acumula experiências por meio de erros e acertos (de acordo com necessidades e objetivos), desenvolve um universo simbólico sobre essa relação e aperfeiçoa as formas coletivas de atividades. Desenvolve historicamente a existência humana.

6 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. Cit., p. 202.

Desta maneira, Marx compreende a distância histórica entre o trabalhador moderno e o “homem primitivo com sua força ainda instintiva de trabalho”.

Em decorrência do processo de trabalho, inverteram-se as relações naturais de causa e efeito. O efeito tornou-se previsto, antecipado e transformado em propósito, à medida que se desvendam as leis que determinam os fenômenos da natureza; como característica especificamente humana desenvolve-se como finalidade, causa final. A ação determinada por um propósito, o que significa inteligência e consciência, certamente foi um processo longo e difícil. A espécie humana começou a se destacar ao realizar alguma coisa diferente das outras espécies. Trata-se da experiência acumulada (memória) de que a natureza pode ser utilizada como meio para a consecução de um propósito humano. Nesse sentido, o pensamento como processo de intenção e propósito somente se realiza a partir do momento em que o instrumento de trabalho incorpora uma função em si. Em outras palavras, no instrumento está impresso um significado social, sua finalidade e a maneira de utilizá-lo. Em uma de suas belas passagens, Ernest Fischer nos apresenta a seguinte observação:

A experimentação espontânea – o “pensar com as mãos” – que precede todo pensamento como tal, começa a ser gradualmente substituída pela reflexão com um propósito. Essa inversão no processo cerebral é aquilo que chamamos trabalho, ser consciente, fazer consciente, antecipação de resultados pela atividade cerebral. O pensamento não passa de uma forma de experimentação abreviada que se transfere das mãos para o cérebro, de modo que os resultados das experimentações precedentes deixam de ser “memória” e passam a ser “experiência”.⁷

Desta maneira, o cérebro não refletia mais as coisas de maneira literal; a experiência adquirida no trabalho podia refletir leis naturais e servir-se delas para calcular relações causais. A espécie humana não esperava mais para ver o que a natureza lhe oferecia; forçava-a a dar-lhe cada vez mais o que necessitava. A função do instrumento ia substituindo a sua semelhança original com um objeto encontrado na natureza. Como consequência do desenvolvimento da eficiência, o propósito (finalidade) do instrumento – antecipação intelectual daquilo que ele pode fazer – torna-se cada vez mais importante.

Essa transformação da natureza da atividade humana só pôde ser realizada quando o trabalho já alcançara um estágio relativamente desenvolvido. Como nos observa Marx:

Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. *Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.* E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos

7 FISCHER, E. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores 1979, p. 27.

se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais.⁸(grifo nosso)

A intencionalidade, o propósito, o projeto teleológico torna-se determinante central no trabalho. Isso significa um conhecimento cada vez mais eficaz e apurado, em decorrência da experiência acumulada sobre os três componentes fundamentais no processo de trabalho: a atividade adequada a um fim (trabalho), a matéria a que se aplica (objeto) e o instrumento (ferramenta).

O desenvolvimento do trabalho exigia um sistema de novos meios de expressão e comunicação que ultrapassavam inteiramente os poucos sinais do mundo animal. Somente no trabalho e por meio do trabalho é que os seres humanos passaram a ter muito o que dizer uns aos outros. A linguagem, portanto, surgiu contendo dupla natureza: como meio de comunicação e meio de expressão (e compreensão), como imagem da realidade e signo para ela. Observa Fischer:

Sem o trabalho – sem a experiência da utilização de instrumentos – o homem jamais poderia ter desenvolvido a linguagem como imitação da natureza e como sistema de signos representativos de atividades e objetos, isto é, como abstração. O homem criou palavras articuladas e diferenciadas não só por ser capaz de dor, alegria e surpresa, mas por ser capaz de trabalhar, por ser uma criatura que trabalhava.⁹

O sistema de signos como representação dos objetos, das atividades e das relações sociais constituiu-se a partir da semelhança (comparação e imitação), quando o hominídeo começou a dar um nome singular a grupos inteiros de objetos conexos. Tais abstrações exprimem essa conexão ou relação real. Nesse sentido, o cérebro já não reflete mais isoladamente cada objeto, ou cada fenômeno natural ou social, visto que o signo possibilitou a generalização. Desta maneira, o processo de abstração presente na linguagem humana possibilitou uma comunicação mais livre e mais eficiente no que concerne ao mundo exterior, que cada homem partilha com os demais.

Em seus estudos na década de 1930, Leontiev observa as linhas gerais da evolução ocorrida entre os hominídeos, especialmente no que se refere às determinações biológicas e leis sócio-históricas. No longo período de desenvolvimento biológico dos hominídeos, os seus representantes (australopithecus) já levavam vida gregária, conheciam a posição vertical e serviam-se de utensílios rudimentares, não trabalhados. Nesse estágio possuíam meios primitivos de comunicação. A determinação essencial era biológica. Em período posterior, já existe o registro da fabricação de instrumentos e formas embrionárias de trabalho e organização social. Desenvolviam-se alterações anatômicas, transmitidas hereditariamente de geração para geração. Ainda haveria um terceiro momento, no qual ocorreu uma mudança central entre o aspecto biológico e o social, que altera definitivamente a natureza do hominídeo. É o período de aparecimento do *homo sapiens*, quando a evolução humana se liberta da sua dependência biológica. A partir de então, somente as *leis sócio-históricas* regerão a evolução humana. Diz o autor:

8 MARX, K. O processo de produção do capital. In: *O capital*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 5ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro Primeiro, Vol. I

9 FISCHER, E. Op. Cit., p. 36.

Começavam a produzir-se, sob a influência do desenvolvimento do trabalho e da comunicação pela linguagem que ele suscitava, modificações da constituição anatômica do homem, do seu cérebro, dos seus órgãos de sentidos, da sua mão e dos órgãos de linguagem; em resumo, o seu desenvolvimento biológico tornava-se dependente do desenvolvimento da produção. Mas a produção é desde o início um processo social que se desenvolve segundo as suas leis objetivas próprias, leis sócio-históricas. (...). Assim se desenvolvia o homem, tornado sujeito do processo social de trabalho, sob a ação de duas espécies de leis: em primeiro lugar, as leis biológicas, em virtude das quais seus órgãos se adaptaram às condições e às necessidades da produção; em segundo lugar, às leis sócio-históricas que regiam o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que ela engendra.¹⁰

A linguagem, o signo e as classes sociais

Para Vygotski a *comunicação* e a *generalização* são funções básicas da linguagem. A função inicial da linguagem é a comunicativa; antes de tudo um meio de comunicação social. A linguagem combina a função de comunicação e a função de pensamento. A comunicação baseada na compreensão racional e na transmissão premeditada do pensamento e das sensações exige necessariamente um determinado *sistema de meios*, que é a *linguagem humana*, surgido da necessidade de comunicação no trabalho.

O desenvolvimento não se orienta para a socialização, mas para converter as relações sociais (Ordem Social) em *funções psíquicas superiores*. Essas funções tratam, em primeiro lugar, “de processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho”; e, em segundo, “dos processos de desenvolvimento das funções psíquicas superiores especiais, não limitadas nem determinadas com exatidão, que na psicologia tradicional se denominam atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos, etc.”¹¹. A composição, estrutura genética e modo de funcionamento das funções psíquicas superiores são de natureza social; ao se converter em processos psíquicos segue sendo quase-social. “Poderíamos dizer que a natureza psíquica do homem vem a ser um conjunto de relações sociais transportadas ao seu interior e convertidas em funções da personalidade e em formas de sua estrutura”¹². Devemos considerar, portanto, que as funções psíquicas superiores representam a subjetivação e naturalização das relações sociais de produção, das hierarquizações sociais de mando e obediência, dos papéis sociais e das justificativas (ideológicas) sobre a Ordem Social.

Vygotski ressalta que o desenvolvimento e a aprendizagem são produtos de um processo enraizado nas ligações entre *história individual* e *história social* e o papel ativo do ser humano na transformação da natureza, na criação e no emprego dos signos. Ao introduzir estímulos artificiais, o homem confere significação à sua conduta e forma conexões entre os signos no processo de pensamento (lógica), o dirige e, através dele, governa seu próprio corpo. A este processo o autor denomina de “princípio da significação”.

A relação entre pensamento e linguagem traz ainda, entre outros aspec-

10 LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. In: *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978, p. 262-3.

11 VYGOTSKI, L.S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In: *Problemas del desarrollo de la psique*. Tradução Lydia Kuper. Madrid: Visor Dist., 1995. p.29. (Obras escogidas, III).

12 Idem, p. 151

Teoria

tos, a discussão sobre os conceitos cotidianos ou espontâneos. Os conceitos cotidianos formam-se nas experiências pessoais do indivíduo, em confronto com as situações concretas, que podemos aqui entender como as relações sociais institucionalizadas (família, escola, religião, trabalho etc.). Por sua vez os conceitos científicos formam-se no processo de instrução. Os conceitos científicos distinguem-se dos espontâneos por sua relação distinta com a experiência individual, por uma relação distinta com seu objeto e pelos diferentes caminhos que percorrem desde o momento em que nascem até quando se formam¹³. Os conceitos cotidianos processam-se de “baixo para cima”, através de conceitos com propriedades superiores a partir de outras mais elementares e inferiores. Os conceitos científicos, por sua vez, desenvolvem-se para baixo, através de propriedades mais complexas e superiores para outras mais elementares, fornecendo estruturas para o desenvolvimento ascendente destes, facilitando a tomada de consciência e a utilização deliberada dos conceitos.

Não é simplesmente um conjunto de ligações associativas que se assimila com ajuda da memória, não é um hábito mental automático, senão um autêntico e complexo ato do pensamento. Como tal, não pode dominar-se com ajuda da simples aprendizagem, senão que exige infalivelmente que o pensamento da criança se eleve em seu desenvolvimento interno a um grau mais alto para que o conceito possa surgir na consciência. A investigação nos ensina que em qualquer grau de desenvolvimento o conceito é, desde o ponto de vista psicológico, um ato de generalização. [...] A palavra é a princípio uma generalização do tipo mais elementar, e unicamente à medida que se desenvolve, a criança passa da generalização elementar para formas cada vez mais elevadas de generalização, culminando com o processo de formação de autênticos e verdadeiros conceitos.¹⁴

O processo de desenvolvimento dos conceitos ou dos significados das palavras exige o desenvolvimento de uma série de funções (a atenção voluntária, a memória lógica, a abstração, a comparação e a diferenciação), de modo que processos psíquicos tão complexos não podem ser aprendidos e assimilados de modo simples ou direto.

Enquanto universo de signos sociais, como verificamos, a linguagem não se limita a instrumento de comunicação, ela também é central na articulação do pensamento. Sua gênese e desenvolvimento retêm uma natureza eminentemente social. Como sistema de signos, a linguagem por sua vez determina a consciência e a atividade. Por sua vez, o signo sendo social encontra-se marcado ideologicamente; é lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

A linguagem é lugar de conflito e antagonismo; porque ela não existe fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são históricos e sociais, e hegemonizados por uma *ideologia dominante*. A linguagem, como consideramos, exerce influência na orientação da conduta humana, para manutenção do que está dado ou para sua transformação. Desta maneira, podemos afirmar que ela se constitui como força material sobre os indivíduos, grupos e classes sociais.

O signo não apenas reflete, mas também é um fragmento material da

13 VYGOTSKI, L.S. *Pensamiento y lenguaje*. Tradução de José María Bravo. Madrid: Visor Dist., 1993, p. 15-6. (Obras escogidas, II).

14 Idem, p. 184-5

realidade, pois retém uma dimensão material – som, massa física, cor, movimento do corpo, etc. Por isso, poderíamos afirmar que a realidade do signo é objetiva, ele é um fenômeno do mundo exterior; o signo e seus efeitos – as ações e novos signos gerados no meio social – aparecem na experiência exterior. A realidade social, refletida no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina esta refração do ser social no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja, a luta de classes. Bakhtin deixa muito nítida a diferenciação entre classe social e comunidade semiótica. Elas não se confundem. As classes sociais servem-se de um mesmo código de comunicação, “de uma só e mesma língua” (comunidade semiótica), de maneira que em todo o signo confrontam-se índices de valor contraditórios.

A linguagem é consciência prática e, como tal, encontra-se saturada por toda atividade social, especialmente pela atividade produtiva e a luta de classes. A linguagem ocorre em articulação dessa experiência ativa e em transformação; uma presença social e dinâmica no mundo. Bakhtin trabalhou com a premissa da consciência como social, que deveria ser entendida em um processo dialético, uma vez que ela, em termos práticos, opera na transformação dos seres humanos. A consciência não deriva diretamente da realidade, não é seu simples reflexo.

Como signo ideológico por excelência, a palavra retrata as diferentes formas sociais de significar a realidade, de acordo com as vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. O caráter histórico e social da palavra, como um campo de expressão das relações e das lutas sociais, que, ao mesmo tempo, sofre os efeitos da luta e serve de instrumento e de material para a sua comunicação. A palavra, ainda enquanto suas propriedades, encontra-se presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação. Portanto, incide diretamente no processo de consciência: “torna-se parte da unidade da consciência, verbalmente constituída”. Por isso, a palavra, de acordo com o autor, situa-se como “o primeiro meio da consciência individual”.

Na verdade a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior, pode funcionar como signo sem expressão externa. Por isso, o problema da consciência individual como problema da palavra interior, em geral constitui um dos problemas fundamentais da filosofia da linguagem.¹⁵

Considerações finais

Os grupos e classes sociais têm seu repertório e formas de discurso, mesmo considerando como fizemos anteriormente que as classes sociais servem-se de uma mesma língua (“comunidade semiótica”). Essas classes são determinadas pelas relações sociais de produção e pela estrutura sócio-política, por isso “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios”. Em períodos de relativa “normalidade” econômica capitalista, a ideologia dominante se reproduz e subjetiva-se em parcelas das classes dominadas, de maneira mais intensa. Assim mesmo é necessário

15 BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7ed. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 37.

Teoria

considerar que franjas do proletariado não são permeáveis à moral burguesa; são os crescentes setores que poderíamos considerar como “lumpens”, a mais clara expressão da barbárie capitalista. De qualquer modo, em parcelas significativas de assalariados, nos períodos de “normalidade” precária, reproduzem-se as “orientações ideológicas” da Ordem Social. O papel das seitas religiosas, da integração social via consumo e indústria cultural, ao lado da ação acomodatória de aparelhos sindicais e partidários reformistas (ou contrarrevolucionários), por exemplo, são dispositivos ideológicos que se mostram relativamente eficazes nos períodos da “normalidade”. Ainda assim, os conflitos e a luta de classes apresentam-se em diversos níveis da vida social.

Mas há que perguntar como se expressam essas contradições na linguagem nos períodos que seguem à “normalidade” capitalista. O que ocorre com os sistemas ideológicos (presentes nos signos e na linguagem) com as crises estruturais no capitalismo?

As profundas (e inerentes) contradições entre as *forças produtivas e as relações sociais de produção*, em determinados períodos, manifestam-se cabalmente em formas de crises econômicas profundas. Aquelas relações apresentam-se como entraves estruturais para as condições de existência dos trabalhadores e da maioria das populações. Nesses períodos, mais se intensificam e expressam-se também *crises no sistema de signos e na linguagem*. É o momento histórico em que podem se abrir *crises ideológicas profundas* no que se refere aos valores e à moral da Ordem Social burguesa. Época em que se espraia e se aprofunda tal crise nas instituições da Ordem em suas dimensões morais, jurídicas, políticas, religiosas, filosóficas e artísticas. Épocas nas quais há que parir as forças sociais e políticas revolucionárias e, das entranhas do podre sistema, dar vida à nova sociedade.

